



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9374 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORAS TEMPORÁRIAS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

João Henrique Figueredo de Oliveira - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

João Carlos Roedel Hirdes - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Mauro Augusto Burkert Del Pino - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORAS TEMPORÁRIAS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Resumo

A precarização da profissão docente revela-se de diferentes formas, especialmente quando analisamos as condições de docentes contratadas de forma temporária. A professora que exerce o magistério através de um contrato temporário enfrenta situações mais degradantes em comparação com colegas efetivos. Com base nesta realidade, o presente artigo apresenta parte dos resultados de pesquisa de Dissertação de Mestrado que analisou como os contratos temporários precarizam o trabalho docente. A pesquisa foi realizada na rede pública municipal de Pelotas – RS, através de uma abordagem qualitativa que envolveu ao todo seis professoras, uma por região administrativa da cidade. Os dados foram obtidos em entrevistas semiestruturadas. Os resultados encontrados mostram que as profissionais que trabalham como docentes temporárias são submetidas a uma infraestrutura precária, a um trabalho intensificado, a vencimentos menores que as professoras efetivas e muitas vezes são proibidas de realizar formação continuada. A presença das professoras temporárias no município de Pelotas demonstra o desinteresse da administração pública pela educação mediante a precarização do trabalho docente.

Palavras-chaves: trabalho docente, trabalho temporário, precarização; intensificação.

Introdução

O trabalho, nas últimas décadas, tem passado por diversas alterações que apontam para a sua precarização, em especial pelo desenvolvimento do capitalismo em seu estágio neoliberal, que traz consigo mudanças estruturais, com base em modelos mais flexíveis de produção (FERNANDES; HELAL, 2010).

É válido ressaltar que o trabalho precário sempre existiu no capitalismo, na medida em que sempre teve “[...] um lugar estratégico na lógica de dominação capitalista. Deixou de ser

algo periférico ou residual, para se institucionalizar em todo o mundo” (FERNANDES; HELAL, 2010, p. 2). As principais modificações foram redução e arrocho salarial, modificações nos direitos trabalhistas e nas jornadas de trabalho, bem como ações contra os movimentos sindicais (MARIN, 2010).

A docência, como muitas outras profissões, não ficou fora desse processo. Vem passando por diversas modificações quanto à sua natureza nos últimos anos, o que tem acarretado na precarização da profissão. No século XXI, a categoria profissional dos docentes, segundo Costa e Oliveira (2011 p. 729), “chegou sendo a mais numerosa, fragmentada, heterogênea e diversificada”. Como resultado, constantemente vem sofrendo privações quanto a direitos, a autonomia, a autoridade e a identidade. As privações que ocorrem na categoria das professoras conduzem a um processo de precarização do trabalho docente e esta situação pode ser resumida em péssimas condições de trabalho, remuneração injusta e jornada de trabalho intensificada (COSTA; OLIVEIRA, 2011).

No magistério público, esta realidade pode ser observada, de forma mais evidente, nos contratos temporários. Os docentes temporários passam por mais dificuldades em comparação com os efetivos, a começar pela incerteza de permanência na sua profissão após o término do contrato. Além disso, os profissionais contratados não recebem o mesmo salário e nem mesmo os mesmos benefícios trabalhistas em comparação com o profissional efetivo (OLIVEIRA, 2004). Frequentemente, estes profissionais possuem carga horária excessiva de trabalho e são prejudicados pela retirada do tempo de preparo de atividade, que é um direito dos docentes (SEKI et al., 2017). A dinâmica do viver como professora no regime de contrato temporário é muito conturbada.

É possível constatar que, atualmente, a desvalorização salarial, a intensificação do trabalho, a falta de infraestrutura nas escolas e a desvalorização da formação auxiliam para a realidade do trabalho docente precarizado. É evidente que esta realidade afeta a todos os professores e professoras, efetivos ou temporários. Contudo, Fernandes e Helal (2010) asseveram que para analisar o trabalho precarizado dos docentes em relação às condições de trabalho é preciso partir das dessemelhantes partes que as diferenciam.

Assim, os dados aqui apresentados são resultados de pesquisa de Dissertação de Mestrado que analisou como os contratos temporários precarizam o trabalho docente. Com este objetivo, este texto busca sintetizar a precarização do trabalho docente temporário focando em quatro elementos: a infraestrutura, o salário, a formação e a intensificação do trabalho. Estes quatro elementos agrupam as principais características do trabalho precarizado.

Metodologia

A pesquisa foi realizada na rede pública municipal de ensino de Pelotas – RS. Partiu de informações quantitativas do município referentes às professoras e aos professores temporários e teve seu aprofundamento através de uma abordagem qualitativa que, segundo Lüdke e André (1986), é uma técnica que busca as informações mediante os sentidos, com o intuito de obter informações motivadas por alguns aspectos da realidade do indivíduo. Em outras palavras, esta abordagem metodológica busca compreender as vivências pessoais de um sujeito, das quais o mesmo muitas vezes não tem consciência, mas que dirigem o seu comportamento.

Ao todo, esta fase da investigação envolveu seis professoras, uma por região administrativa da cidade. O critério para a escolha da escola da região foi o de que tivesse o

maior número de professoras com contrato temporário ativo. Já o critério de escolha da professora foi ter participado da fase inicial da pesquisa, que coletou dados quantitativos sobre a realidade das docentes temporárias da rede municipal.

Os dados foram obtidos em entrevistas semiestruturadas. Nas entrevistas buscou-se compreender os mais diferentes aspectos do trabalho temporário. Assim, foi possível identificar e analisar as características do contrato de trabalho e o dia a dia das professoras. Para a análise dos dados foi utilizado a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados em pesquisa qualitativa.

A trabalho temporário e a precarização do magistério

Para uma análise da precarização no trabalho temporário, a discussão será norteadada por quatro principais aspectos muito presentes nas entrevistas com as professoras e na literatura, os quais são: a precariedade na infraestrutura, o salário, a formação docente e a intensificação do trabalho.

Iniciamos com a infraestrutura, que afeta diretamente o trabalho docente (SILVA; SOUZA, 2013). As escolas deveriam oferecer espaços para que os alunos e as alunas se desenvolvessem nas mais diferentes áreas do ensino, mas não é o que se encontra na rede investigada, segundo os depoimentos das professoras.

A estrutura que está recebendo seus filhos é uma estrutura precária. Este é o critério de valor que a gente tem hoje em dia. A gente está vendo na verdade, o discurso está claro, povo não vale nada, a população não vale nada, os filhos das pessoas não valem nada (Professora Anita Malfatti[1]).

A professora destaca como o critério de valor presente nesta realidade. Quanto mais precária a infraestrutura, menos valor é conferido à professora e à comunidade escolar. Para ela, esta é a lógica dos governantes. A professora Anita Malfatti ainda completa mostrando outros elementos que corroboram para relevar esta lógica do valor da educação atribuída pelos governantes.

Quando a gente trata tudo com tamanha precariedade, quando a gente trata as pessoas com tamanho desrespeito, a gente tá dizendo alguma coisa sobre o valor da educação, né?

O segundo aspecto, que também desestimula o trabalho docente, se dá através da implementação de baixos salários. As docentes temporários recebem salários menores e isso representa uma grande economia financeira para o poder público (COSTA e OLIVEIRA, 2011; CERICATO, 2016). Da mesma forma, as professoras de Pelotas compreendem que o crescimento das docentes temporárias no município ocorre para economizar recursos.

Economia, uma boa economia, porque um professor contratado ganha bem menos que um concursado e também não pode requerer seus direitos de jeito nenhum, se não vai embora (Professora Carmen Miranda).

Os docentes efetivos de Pelotas não recebem o piso salarial mínimo nacional. Para conseguir receber o que é de direito, se faz necessário entrar na justiça. As professoras percebem que a demanda de temporários aumentou de acordo com o aumento de professores e de professoras que buscam a justiça para receber o piso. Para as professoras entrevistadas, um dos maiores prejuízos de ser docente temporário se dá pelas questões salariais.

O penúltimo ponto que caracteriza o trabalho docente como um trabalho precarizado está relacionado ao acesso à formação continuada. Uma formação adequada auxilia a

professora a desenvolver determinados conteúdos em sala de aula (SAMPAIO; MARIN, 2004). Contudo, quando estas profissionais assumem o magistério, geralmente não têm acesso à formação continuada e não são remuneradas por formações complementares.

Direito não, com certeza não, algumas formações são restritas. Nem todas, mas as últimas têm vindo com restrição. Até porque o contratado às vezes fica pouco tempo e acaba saindo (Professora Carmen Miranda).

A formação continuada é importante para que a professora continue aprimorando e desenvolvendo suas práticas. Além disso, a formação auxilia as professoras a construírem uma identidade profissional (HYPOLITO, 2012).

O último ponto é relacionado com a intensificação do trabalho docente, o qual, segundo Oliveira (2006), pode ser estruturado em três formas. O primeiro modo de intensificação constitui em pequenas inserções de atividades ou exigências dentro da carga horária de trabalho. Estas demandas surgem de diferentes grupos como pais, equipe diretiva ou mesmo de órgãos administrativos.

O segundo ponto de intensificação é quando a professora realiza atividades dentro e fora do horário de trabalho. O último formato de intensificação se dá pela redução do vencimento do trabalho docente. Assim, a professora se sente obrigada a trabalhar mais horas para obter um salário minimamente digno. Todos estes três aspectos podem ser observados na fala das professoras, como mostra o inserto a seguir:

[...] uma das coisas é a questão do salário que é gritante. Assim é em torno de R\$ 1000, então eu preciso trabalhar mais um turno para ganhar o que eu ganho em um turno, entendeu? Eu preciso de mais 20 horas, eu preciso deixar minha família, eu preciso deixar o meu lar, eu preciso planejar aula no meu intervalo, isso reflete na educação pública porque eu vou chegar para o meu aluno exausta, eu vou chegar para o meu aluno sem a mesma disposição, porque eu sou um ser humano. (Professora Fernanda Montenegro)

Resultado desta constante intensificação do trabalho é o adoecimento das professoras. Estas profissionais que trabalham 40 ou até mesmo 60 horas semanais, quando chegam em suas casas, muitas vezes continuam a trabalhar, pois cada vez surgem mais demandas. Com isso, recebem mais, entretanto, pagam com sua própria saúde.

[...] eu sei dos meus direitos mesmo assim eu preciso estar aqui, eu preciso ganhar este salário, eu preciso me envolver de tal forma que isso liquide com a minha saúde, é bem isso. (Professora Fernanda Montenegro)

Assim, é muito conturbado o viver docente com contrato temporário, pois isso acarreta prejuízos tanto à pessoa como à profissional. Deste modo, as professoras têm trabalhado com infraestruturas precárias, salários defasados, sem acesso à formação continuada e, por último, um trabalho cada vez mais intensificado.

Considerações finais

O contrato temporário de trabalho é uma forma de precarização da profissão. As professoras temporárias ao assinarem o contrato administrativo aderem a uma forma de contratação precária, que não garante os mesmos direitos das docentes efetivas, que foram adquiridos e conquistados na luta da categoria. Assim, são submetidos a trabalhar por salários menores em comparação com as efetivas, em jornadas de trabalho intensificadas, em infraestruturas precárias, chegando a vivenciar situações de desrespeito quanto à própria formação.

As docentes temporárias são constantemente desvalorizadas e precarizadas. Contudo, seguem buscando as condições objetivas para a sua sobrevivência em um campo de atuação profissional conflituoso, onde as políticas gerencialistas restringem direitos conquistados com muita luta, tomam como referência o mercado e focam no campo econômico, em detrimento dos valores educacionais contidos na própria Constituição Federal. São profissionais da educação que passam a viver relações de trabalho que se alteram rapidamente, com muitas contradições. São muitas mudanças, muitos embates e uma nova realidade.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. 229 p.

CERICATO, I. L. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 246, p. 273–289, 2016.

COSTA, G. L. M.; OLIVEIRA, D. A. Trabalho docente no ensino médio no Brasil. **Perspectiva**, v. 29, n. 2, p. 727–750, 2011.

FERNANDES, Danielle Cireno; HELAL, Diogo Henrique. Precarização do trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: < <https://www.gestrado.net.br/pdf/330.pdf> > Acesso em: 16 jan. 2020.

HYPOLITO, Á. L. M. Trabalho docente na educação básica no Brasil: as condições de trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. **Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação. 2010. CDROM. Disponível em: < <http://www.gestrado.net.br/pdf/331.pdf> > Acesso em: 16 jan. 2020.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127–1144, 2004.

OLIVEIRA, D. A. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**, v. 44, p. 209–227, 2006.

SAMPAIO, M. M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1203–1225, 2004.

SEKI, A. K. et al. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 3, p. 1–18, 2017.

SILVA, A. F. DA; SOUZA, A. L. L. DE. Condições do trabalho escolar: desafios para os sistemas municipais de ensino. **Cardenos de pesquisa**, v. 43, n. 150, p. 772–787, 2013.

[1] As professoras foram designadas com nomes de grandes mulheres brasileiras.

